

OS FATORES DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO E SEUS EFEITOS: O PAPEL DA CULTURA, DAS INOVAÇÕES E DA EXPANSÃO DAS LIBERDADES NA PROMOÇÃO DA PROSPERIDADE ECONÔMICO-SOCIAL

Patrick Lucca Da Ros¹

RESUMO: O autor propõe-se a estudar três dentre os vários enfoques existentes acerca do desenvolvimento econômico: a cultura como fator de desenvolvimento, a importância da inovação e o desenvolvimento como liberdade. Para tanto, o presente ensaio abordará estudiosos como Max Weber, Joseph Schumpeter e Amartya Sen.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; cultura; inovações; expansão das liberdades.

THE DECISIVE FACTORS OF THE DEVELOPMENT AND THEIR EFFECTS: THE ROLE OF THE CULTURE, OF THE INNOVATIONS, AND THE EXPANSION OF THE RIGHTS IN THE FOSTERING OF THE SOCIAL-ECONOMIC PROSPERITY

ABSTRACT: The author focuses his studies on three of the different perspectives about the economic development: the culture as a factor of development, the importance of innovation and the development as freedom. The study is based on Max Weber, Joseph Schumpeter and Amartya Sen.

KEY WORDS: Development; culture; innovations; expansion of the rights.

1 APORTES INICIAIS

A questão do desenvolvimento e dos seus indicadores e fatores determinantes é assunto que iterativamente povoa grande parte das discussões acadêmicas – sejam elas travadas por economistas, sociólogos, cientistas políticos ou mesmo juristas – e que, com frequência, figura na agenda de eventos internacionais, como convenções e encontros inter-estatais envolvendo de membros do G8 até países de menor significação global. Com efeito, a delimitação dos fatores responsáveis pelos desenvolvimentos dos vários Estados e mormente as causas determinantes das diferenças entre estágios de desenvolvimento verificados entre um Estado e outro não é tarefa de fácil consecução, e o que se verifica em âmbito

¹ Mestrando em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e acadêmico do curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O autor expressamente agradece ao Prof. Dr. Renato de Oliveira pela assistência e indicação das leituras, bem como à Profa. Dra. Sandra Regina Martini Vial e à acadêmica Melissa Marin pela leitura do esboço e por suas indispensáveis opiniões. Contatos por e-mail: pda_ros@yahoo.com.br.

doutrinário é uma verdadeira *brainstorm*, com explicações que apontam em várias direções – às vezes até mesmo conflitantes – colocadas lado a lado, não raro complementando-se.

O presente ensaio tenciona lançar luzes sobre essa problemática, no escopo de propiciar um contributo próprio aos debates do desenvolvimento. Nessa vertente, analisar-se-á três enfoques diversos, fornecidos por diferentes teóricos. São eles: (1) a cultura como fator de desenvolvimento, (2) a questão da inovação e a ilusão do desenvolvimento e (3) o desenvolvimento como liberdade. Ao final, espera-se, a partir do exame acerca dessas três posições, apontar conclusões que, em que pese não nasçam com a arrogante pretensão da imutabilidade, ao menos sirvam para auxiliar na realização de análises mais acuradas e para cativar o interesse do leitor pela matéria, criando-lhe a necessidade de consultar opiniões diferentes sobre tão apaixonante tema.

2 O DESENVOLVIMENTO COMO DECORRÊNCIA CULTURAL: WEBER, LANDES, SACHS E FUKUYAMA

Notável grupo de autores assenta que o desenvolvimento é decorrência lógica de fatores culturais. Esta tese tem espeque claramente na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de *Max Weber*, na qual o professor germânico entendia que o desenvolvimento capitalista ocorreria através de um processo de racionalização da cultura, que, escorada na ética religiosa, determinaria a racionalização da economia. Perquirindo, com isso, quais os fatos que levariam determinados indivíduos a tomarem certas decisões, Weber observou empiricamente que os protestantes seriam mais propensos à acumulação capitalista que os católicos, em função de um grupo de ditames presentes na doutrina protestante que promoveriam tal desiderato: (1) a ausência de intermediários entre os indivíduos e Deus tornar-lhes-ia senhores de si mesmos, já que estes estariam sozinhos diante do Criador, o que trabalharia a favor da proibidade e da retidão de caráter; (2) o amplo compartilhamento do princípio de que o trabalho seria um fator de enobrecimento; (3) a idéia de predestinação (segundo a qual cada pessoa já nasceria destinada à salvação ou à danação), típica do protestantismo, seria contornada pelo fato de que o modo de vida que os indivíduos levassem constituiria um claro indicativo de sua sina, o que impunha grande disciplina individual (uma vez que a prosperidade econômica demonstraria predestinação à salvação). Nesse sentido, a riqueza seria uma decorrência do *modus vivendi* individual, de sorte que não seria a acumulação o que efetivamente interessaria, mas sim a maneira com que os indivíduos levassem a vida, uma vez que isto seria uma garantia – não obstante relativa – de adentramento no Reino dos Céus (*Weber, 2002, passim*). Em suma, a ética protestante acabaria por dar vazão a um processo de racionalização da vida social, na medida em que os indivíduos passariam a agir, em atenção aos ditames por ela propagados, de forma racional, o que repercutiria diretamente na obtenção de êxitos econômicos.

David Landes (2002, p. 40-43), em coerência às idéias weberianas, profere que quase toda a diferença, em termos de desempenho econômico dos Estados, estaria na cultura, de sorte que mudanças em um fatalmente afetariam o

outro. Assim, a cultura, enquanto resultado de valores e de atitudes internas orientadores do comportamento da população, repercutiria de forma direta nos resultados no campo econômico deste povo, jogando por terra o (res)sentimento, amplamente difundido, sobretudo pelos teóricos da dependência, que pugna por uma responsabilização dos outros (no caso, dos Estados desenvolvidos) pelas misérias e pelos reveses dos países mais pobres.

Landes (2002, p. 45-49) ilustra suas asserções com o exemplo do caso japonês. Para o autor, a industrialização japonesa e o rápido progresso daquele país, iniciados a partir da segunda metade do séc. XIX, seriam facilmente previsíveis se se levasse em consideração os aspectos culturais do povo nipônico. De fato, a própria Restauração Meiji – que derrubou o Xogunato Tokugawa e o regime feudal na “Terra do Sol Nascente” – teria ocorrido de forma branda em razão de já estarem presentes os símbolos de unidade nacional e de já estarem definidos os ideais de orgulho da nação. A modernização do país, ademais, no sentir de *Landes*, teria sido tratada com intensidade e método característicos pelos japoneses, porquanto a ela estes estariam preparados, como resultado de uma memória de governo eficaz, de seus altos índices de alfabetização, de sua rigorosa estrutura familiar, de uma ética de disciplina e trabalho compartilhada, de um senso de identidade nacional e de superioridade perante os estrangeiros. A partir daí, o envio de cidadãos ao exterior para aprender a manejar as tecnologias dos outros Estados e a contratação de especialistas e técnicos estrangeiros se constituiriam como a argamassa da industrialização do Japão. Tais conquistas, explica *Landes*, resultariam de um sentimento intenso de responsabilidade coletiva, no qual o operário indolente não prejudicaria apenas a si próprio, mas também à sua família e – especialmente – a toda a nação. Ou seja, o grande mérito do Japão pós-feudal teria sido a vinculação de uma ética de dever do cidadão perante seu Imperador e seu país, coligando esse patriotismo ao trabalho.

Jeffrey Sachs (2002, p. 71-88), por seu turno, individualiza três explicações que, a seu ver, auxiliam na compreensão do fenômeno do desenvolvimento: (1) o favorecimento geográfico de certas partes do mundo; (2) a existência de certos sistemas sociais favorecedores do crescimento econômico moderno, em contraposição a outros sistemas que não procederiam dessa maneira; e (3) o *feedback* positivo, é dizer, o efeito multiplicador das inovações tecnológicas, através do qual os elementos inovadores no momento disponíveis forneceriam o combustível das descobertas futuras. Por ora, o presente ensaio deter-se-á no fator elencado em (2), já que é mais oportuno aos objetivos aqui traçados, deixando o elemento geográfico de lado (o que não implica diminuir-lhe a importância) e abordando o *feedback* positivo no próximo subtítulo.

Sachs (2002, p. 71) começa a análise da relação entre sistemas sociais e crescimento econômico da seguinte forma:

Como questão empírica, o crescimento econômico tem sido relacionado com fatores políticos, culturais e econômicos e vinculado intimamente a instituições sociais capitalistas caracterizadas por um Estado onde a lei impera, uma cultura que comporta um alto grau de mobilidade social, e instituições econômicas baseadas no mercado e que favorecem uma extensa e complexa divisão de trabalho. Poucas sociedades exibem essa

combinação de instituições políticas, culturais e econômicas. Além disso, a história sugere que não existe entre as sociedades uma forte tendência a desenvolver estas instituições por evolução interna.

De fato, são tão poderosos os obstáculos à mudança social evolutiva que as mudanças institucionais fundamentais em geral resultam de choques externos, mais do que de evolução interna. Mais importantes nos últimos duzentos anos têm sido as tumultuosas interações entre sociedades economicamente avançadas e sociedades economicamente atrasadas. Essas interações causam profundos distúrbios sociais nas comunidades atrasadas, que rompem o equilíbrio social interno. A desordem resultante pode levar a uma reorientação das instituições sociais de modo a favorecer o crescimento econômico. Com freqüência, entretanto, o resultado tem sido a ruína econômica e até a perda de soberania (Sachs, 2002, p. 76 – 77).

Nessa senda, o autor entende que certos sistemas sociais seriam avessos ao desenvolvimento econômico, sobretudo se capitalista, e que certos regimes poderiam buscar atravancá-lo através de vários expedientes, como, por exemplo, a burocratização do sistema econômico ou o fomento de fanatismos pré-capitalistas. Como resultado, Sachs estipula, à guisa de especulação, alguns padrões na falta de difusão do capitalismo em escala global: (1) reformas capitalistas teriam pouca chance de êxito em sociedades altamente estratificadas (ex.: Rússia, China e o antigo Império Otomano), pois as elites de tais lugares disporiam de melhores condições de resistência às mudanças (as quais, evidentemente, diminuir-lhes-iam sobremaneira privilégios históricos se efetivamente postas em movimento); (2) minimalização do alcance e dos efeitos das reformas, em países coloniais, em função de esforços das respectivas Metrôpoles, já que a introdução dos mecanismos do mercado daria poder aos moradores locais e enfraqueceria o governo ádvena; (3) adoção do socialismo; e (4) ruína social como resposta às tentativas de reformas, uma vez que a ameaça externa acarretaria ou a crise financeira e o conseqüente colapso do poder político, ou a subtração da legitimidade dos governantes internos, ou as duas coisas. Por outro lado, "as instituições capitalistas são favorecidas em sociedades vinculadas a mercados mundiais por conexões culturais (por exemplo, uma religião dominante ou uma diáspora de minorias ligadas a outros países)" (Sachs, 2002, p. 79 – 80).

Sachs (2002, p. 86) retoma a questão cultural ao analisar o fraco desempenho econômico e o desenvolvimento retardatário dos países do norte da África e do Oriente Médio. Para ele, a cultura neste caso poderia exercer papel significativo nas realizações destes países islâmicos, observando que os obstáculos culturais poderiam ser erigidos tanto em âmbito interno – isto é, manifestações sociais antimercado – como externo – como, por exemplo, discriminação européia contra a região em suas políticas comerciais. Ao tratar dos casos de Argentina e Uruguai e África do Sul, entretanto, dá um passo adiante, ao reconhecer que no caso dos dois primeiros, a despeito de compartilharem das normas culturais do Velho Mundo, a geografia e a política, mais do que a cultura, cuidar-se-iam da explicação predominante para o desempenho mais tímido; em relação à África do Sul, reputa que as políticas coloniais e raciais desempenhariam papel mais proeminente do que a cultura. Conclui, por derradeiro, que

(...) as grandes divisões entre países ricos e pobres envolvem geografia e política (...). Se a cultura é de fato um importante determinante da experiência entre países, parece ter papel subsidiário em relação a essas dimensões geográficas e político-econômicas mais amplas. Apesar disso, há sem dúvida alguns indícios de fenômenos culturalmente mediados (Sachs, 2002, p. 84 – 85).

Com *Francis Fukuyama* pode-se trazer à baila o debate, presente na literatura econômica e social recente, travado acerca do **capital social**, que, nas palavras do controverso autor de *O fim da história*,

(...) pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência (Fukuyama, 2002, p. 155).

Com efeito, as normas informais do capital social envolveriam axiomas como falar a verdade, cumprir as obrigações assumidas e exercer a reciprocidade, exatamente as virtudes identificadas por *Weber* como diferencial dos protestantes, e consideradas, por ele, como vitais ao desenvolvimento do capitalismo ocidental. De qualquer modo, assevera *Fukuyama* (2002, p. 156-157), não seria impossível encontrar grupos bem-sucedidos em que inexistisse capital social, através da utilização de instrumentos como mecanismos de coordenação formais – contratos, hierarquias, normas emanadas pelo Estado, dentre outros –, mas a existência de normas informais reduziria enormemente os custos de transação (custos de monitoramento, contratação, apreciação e cumprimento das avenças formais), facilitando, outrossim, um grau maior de inovação e de adaptação no bojo deste grupo.

Segundo *Fukuyama* (2002, p. 160), o capital social não se trataria de “um raro tesouro cultural que passa de uma geração para outra, e que, uma vez perdido, nunca mais será recuperado”, mas algo espontaneamente criado todo o tempo pelas pessoas em suas mais variadas atividades. Dessa maneira, o dia-a-dia daria gênese, de forma espontânea, a um arcabouço normativo informal que, se constituído pelos valores “corretos” e amplamente difundido/seguido, formaria as bases para um maior desenvolvimento social daquela comunidade.

Não parecem ser outras as conclusões a que chegou estudo encomendado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que aponta para o fato de que as regiões nordeste e norte da mencionada unidade federativa – áreas de colonização predominantemente alemã e italiana, com características sócio-culturais associadas à pequena propriedade e à agricultura familiar – teriam uma cultura associativa mais forte que a do sul do Estado e da região metropolitana de Porto Alegre – *loci* formados prevalentemente de descendentes de ibéricos e africanos – estando, portanto, mais imbuídas de capital social. A partir desses dados, a pesquisa conclui que

[...] os indivíduos que tenderam a participar mais em entidades da sociedade civil, ou que declararam ter convívio social mais intenso, tenderam também a envolver-se mais em diferentes tipos de atividades políticas, como conversar sobre política com amigos, ir a comícios,

participar de reuniões, candidatar-se a cargos públicos, fazer doações para partidos, trabalhar em campanhas para candidatos, fazer parte de comissões ou procurar políticos para tratar de interesses da comunidade, variáveis incluídas na composição do índice de atividade política.

No estado, dentre os entrevistados com baixa participação em associações, apenas 16,1% tinham alta atuação política. Entre os que tinham alta participação em associações, esse percentual era de 53,1%. De forma similar, apenas 23,1% dos entrevistados que tinham baixa intensidade de convívio social tinham alta atuação política, contra 43,6% dos que tinham alta intensidade de convívio social (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2003).

As benesses de uma dotação mais elevada de capital social seriam evidentes para os organizadores do relatório. No caso em tela, apenas para exemplificar, o grau de associativismo dos indivíduos, mesmo que delineado por simples encontros entre familiares ou amigos, possivelmente redundaria em uma participação política mais intensa, produzindo uma maior conscientização popular e uma mais abrangente interação comunicativa. Um aprofundamento da esfera do debate poderia traduzir, desse modo, uma participação social mais ativa dos indivíduos, que passariam a interagir com a comunidade na qual estão inseridos e a se preocupar com ela – ao invés de pensarem apenas em si mesmos. O relatório parece apontar a incidência do capital social como um dos fatores determinantes de um desempenho econômico mais satisfatório do município de Caxias do Sul e de suas adjacências.

3 O PAPEL DAS INOVAÇÕES E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO (SCHUMPETER, ARRIGHI)

A formulação de *Joseph Schumpeter* no que pertine à questão do desenvolvimento envolve a peculiar figura do **empreendedor**. Para o autor austríaco, a economia capitalista movimentar-se-ia incessantemente mediante a ocorrência de processos de **destruição criativa**, engendrados principalmente pela introdução de novos métodos de produção, de novas espécies de mercadorias, de novas fontes de suprimentos, de novas rotas de comércio e de novos métodos organizacionais. Tais processos, levados a cabo devido à atuação de determinados indivíduos – os supramencionados empreendedores – seriam responsáveis pela quebra das antigas estruturas costumeiras estipuladas pelos agentes do mercado, pela eliminação dos indivíduos “mais fracos” e pela estipulação de novos acordos costumeiros; em outras palavras, aludidos ciclos estabeleceriam novos patamares tecnológicos mínimos à permanência de indivíduos e empresas no mercado para que pudessem competir. Nesse contexto, de basilar importância ao desenvolvimento seriam as inovações levadas ao mercado, que seriam responsáveis pela disseminação e adoção de novos padrões tecnológicos:

Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance (...). Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com métodos diferentes, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as “novas combinações” podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança,

possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. **Na medida em que este não for o caso, e em que as novas combinações aparecem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. (...). O desenvolvimento (...) é definido então pela realização de novas combinações** (Schumpeter, 1997, p. 76)².

A realização das “combinações novas” – que gerariam as inovações e, *ultima ratio*, o impulso de destruição criativa – seria, para Schumpeter, uma função especial (porquanto voltada contra toda uma estrutura e um *know how* já amplamente difusos) e, por isso mesmo, relegada a um determinado tipo de pessoa, de número muito mais exíguo do que todos aqueles que teriam a possibilidade “objetiva” de executar estas combinações (Schumpeter, 1997, p. 88 – 89).

A abordagem schumpeteriana, com efeito, valoriza sobremaneira fatores subjetivos como verdadeiras alavancas do desenvolvimento, muito mais do que a simples disponibilidade de recursos que permitam a confecção de engenhos inovatórios. Daí a importância do empreendedor, já que, se cada passo dado fora da rotina encontrasse dificuldades, far-se-ia imperiosa a incidência de um elemento novo, identificado em *Schumpeter* como a **liderança**:

O que já foi feito tem a realidade aguda de todas as coisas que vimos e experimentamos; o novo é apenas fruto da nossa imaginação.

(...).

Não apenas é objetivamente mais difícil fazer algo novo do que fazer o que é conhecido e testado pela experiência, mas o indivíduo se sente relutante em fazê-lo e assim seria mesmo que as dificuldades objetivas não existissem. (...). É portanto necessário uma força de vontade nova e de outra espécie para arrancar, dentre o trabalho e a lida com as ocupações diárias, oportunidade e tempo para conceber e elaborar a combinação nova e resolver olhá-la como uma possibilidade real e não meramente como um sonho. Essa liberdade mental exige um grande excedente de força sobre a demanda cotidiana e é algo peculiar e raro por natureza.

(...).

O problema específico da liderança surge e a figura do líder aparece apenas quando novas possibilidades se apresentam. (...). Não é parte de sua função “descobrir” ou “criar” novas possibilidades. Elas estão sempre presentes, abundantemente acumuladas por toda sorte de pessoas. (...). Mas ninguém estava em posição de assumi-lo. Ora, é nesse “assumir as coisas”, sem o qual as possibilidades estão mortas, que consiste a função do líder (Schumpeter, 1997, p. 92 – 94)³.

² Sem grifos no original.

³ Efetivamente, os efeitos do comportamento daquele que se coloca contra o que já é socialmente aceito e que assume, assim, o papel de “baluarte do novo” já foram muito bem explanados pelo sociólogo *Niklas Luhmann*: “Aquele cujas expectativas sejam contrárias à instituição, terá contra si o peso de uma auto-evidência presumida. Inicialmente ele tem que contraditar bases comportamentais aceitas, já abertamente assumidas pelos demais. Com isso ele atinge autoprojeções, tornando-se incômodo ou até mesmo perigoso. (...). Isso significa que a crítica a expectativas institucionalizadas está acoplada a pretensões de liderança, as quais, independentemente de conteúdos, provocam resistências. O risco é proporcionalmente alto, e com frequência desencorajadoramente alto”, já que “enquanto as

A questão da relação entre costume e inovação aparece também nos estudos de *Giovanni Arrighi*. Baseando-se em *Schumpeter*, o economista italiano assevera que

como todos os sistemas sociais anteriores, o capitalismo se assenta em um certo tipo de ordem costumeira, na qual os atores políticos, econômicos e sociais se desenvolvem e se comportam de acordo com as regras e normas que asseguram a continuidade do 'fluxo circular da vida econômica'. Mas, diferentemente de todos os sistemas sociais anteriores, o capitalismo tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um momento dado. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam novas ordens costumeiras (Arrighi, 1997, p. 19).

De fato, na esteira de *Schumpeter*, *Arrighi* crê que os agentes econômicos teriam propensão a estipular normas de interação que minimizariam as chances de grandes interrupções no fluxo circular da vida econômica, garantindo, assim, uma ordem costumeira mais ou menos estável, a qual, entretantes, ver-se-ia, com o passar do tempo, envolvida com ondas inovacionistas, que romperiam o equilíbrio anterior e imporiam um novo, baseado em costumes supervenientemente traçados; esse novo equilíbrio, por seu turno, poderia ser esfacelado por uma nova onda inovatória e seu correspondente processo de destruição criativa, e assim iterativamente.

Arrighi aponta que as constantes revoluções nas bases costumeiras estabeleceriam novos padrões de centralidade, ou seja, patamares a partir dos quais dever-se-ia avaliar o desempenho dos Estados e empresas. A partir daí, o professor italiano começa a tecer considerações acerca da posição dos Estados mundiais em relação ao desenvolvimento por cada um deles alcançado. Refutando os vieses da teoria da modernização e da teoria da dependência, o autor enfatiza a idéia de uma zona intermediária no sistema de Estados (entre o centro desenvolvido e os Estados do dito "terceiro mundo"): a **semiperiferia**. Para tanto, faz um paralelo entre atividades típicas de núcleo orgânico e de periferia:

Tudo o que precisamos é pressupor que os atores econômicos (...), longe de aceitar a competição como um dado, procuram continuamente transferir, e alguns conseguem transferir, a pressão da competição de si próprios para outros atores. Como resultado, os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias tende a se polarizar em posições que transferiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas de núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas).

Segue-se daí que as recompensas agregadas em atividades periféricas tenderão a se aproximar dos níveis de remuneração que são apenas marginalmente mais altos do que aqueles que os fatores de produção nelas envolvidos alcançariam coletivamente fora da divisão mundial de trabalho. Em contraste, as recompensas agregadas em atividades típicas do núcleo

expectativas institucionalizadas podem ser seguidas imperceptivelmente (...), o rebelde se expõe singularmente (...)" (Luhmann, 1983, p. 81 – 83).

orgânico tenderão a incorporar a maioria, se não todos, dos benefícios globais da divisão mundial de trabalho (Arrighi, 1997, p. 146).

Nesses termos, o grau de desenvolvimento de um Estado seria aferido pela concentração de atividades típicas de núcleo orgânico e de periferia, de sorte que os Estados semiperiféricos, sendo aqueles dotados de uma combinação mais ou menos equivalente de atividades de núcleo orgânico e de periferia, apropriar-se-iam dos benefícios excedentes aos custos da divisão mundial do trabalho em grau menor àquele necessário para a obtenção de um padrão de riqueza equivalente ao dos países do núcleo orgânico.

Se não raro se relacionou o desenvolvimento econômico com a industrialização dos países, para *Arrighi* as relações entre núcleo orgânico e periferia não seriam determinadas por combinações específicas de atividades praticadas em uma ou outra região, mas sim pelo resultado sistêmico do “vendaval perene de destruição criativa e não tão criativa engendrado pela disputa pelos benefícios da divisão mundial do trabalho”, uma vez que o fato de um Estado estar mais alto na hierarquia da riqueza seria indício de um melhor posicionamento de seus dirigentes/cidadãos na disputa por tais benesses. Dessa maneira, no sentir do autor em comento,

isso significa que os Estados do núcleo orgânico controlam as vantagens de receitas das localidades do núcleo orgânico e conseguem usar esse controle tanto para desenvolver uma relação simbiótica com o capital do núcleo orgânico, que já está localizado dentro de sua jurisdição, quanto para atrair capital do núcleo orgânico vindo das localidades periféricas (Arrighi, 1997, p. 155 – 156).

Por conseqüência, os Estados do núcleo orgânico possuiriam a capacidade de consolidar e reproduzir, em associação ao capital do núcleo orgânico, uma associação a atividades típicas de núcleo orgânico, enquanto os Estados periféricos seriam endemicamente inidôneos a fugir de uma associação a atividades predominantemente periféricas; por derradeiro, no que tange aos países semiperiféricos, a combinação virtualmente equivalente de atividades de núcleo orgânico e de periferia sob sua alçada dar-lhes-ia oportunidade de resistir à periferação através da exploração de suas vantagens de receitas sobre Estados periféricos e de preço diante do núcleo orgânico. Disso tudo adviria uma estabilidade nas posições assumidas pelos Estados, que tenderiam a remanescer na zona em que se encontrassem. É nesse sentido que, para *Arrighi*, (1997, p. 171) o desenvolvimento é uma ilusão:

os Estados na camada superior acham relativamente fácil lá permanecer; os Estados na camada inferior acham extremamente difícil mover-se para cima; os Estados na camada média geralmente têm capacidade de resistir à periferação, mas não capacidade de se mover para a camada superior.

Nesse contexto, a recente industrialização das zonas periféricas e semiperiféricas não teria vindo acompanhada do tão sonhado desenvolvimento e não

teria significado um incremento do comando econômico da semiperiferia ou da periferia em relação ao núcleo orgânico – comando este que, gize-se, teria permanecido constante no tocante ao primeiro caso e diminuído no segundo –, mas sim uma periferização das atividades industriais, que teriam perdido seu *status* anterior de núcleo orgânico. Ao contrário do que aduziam as análises cepalinas, por conseguinte, a industrialização da semiperiferia e da periferia tratar-se-ia de um canal de reprodução da hierarquia da economia mundial, e nunca de subversão, ao passo que o panorama atual indicaria que as tarefas de mera execução haveriam sido relegadas às áreas periféricas, enquanto que as atividades envolvendo tomada de decisões estratégicas, controle, decisão, pesquisa e desenvolvimento passariam a ser tipicamente de núcleo orgânico (Arrighi, 1997, p. 186 – 187).

A idéia de que o distanciamento entre ricos e pobres torna-se intransponível em razão de que uma parte considerável do processo de desenvolvimento econômico – a inovação tecnológica ou demais atividades de núcleo orgânico – produz retornos crescentes em escala é repetida por *Sachs* (2002, p. 83). Para ele, idéias gerariam idéias, pois a dinâmica da inovação estruturar-se-ia de modo tal que a partir de um estoque inicial de idéias ter-se-ia verdadeira reação em cadeia, rendendo ensejo a substanciais retornos em escala. Assim, “os ricos ficam mais ricos porque as idéias existentes são fontes de novas idéias”.

4 AMARTYA SEN E O “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE”

Amartya Sen propõe, em sua recomendável obra *Desenvolvimento como liberdade*, uma nova forma de ver o desenvolvimento econômico, divorciando-o das tradicionais visões que concentram seu foco em considerações sobre o PNB, progresso tecnológico ou industrialização. *Sen* enxerga o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dos indivíduos, encarando-o, assim, a partir dos fins que o tornam importante, deixando de restringir a atenção a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham papel relevante na senda do progresso econômico. Nesse desiderato, entende o detentor do Prêmio Nobel que

o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos,

já que

o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (Sen, 2000, p. 18 – 19).

Com efeito, todos teríamos excelentes razões para desejar mais renda. Contudo, esta não seria desejável *per se*, mas sim porque se trataria de um meio

capaz de permitir a consecução de mais liberdade para levar o tipo de vida que cada pessoa teria razão de valorizar. Ou seja, "a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter" (Sen, 2000, p. 28). Nesse sentido, haveria boas razões para se reputar a pobreza como privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda, muito embora as privações de renda e a privação de capacidades apresentem, amiúde, notáveis encadeamentos correlatos – o que não implicaria, todavia, negar a idéia lógica de que a falta de renda é obviamente uma das causas principais da privação de capacidades de alguém.

Sen (2000, p. 35-36) procura transcender os critérios tradicionais, buscando efeitos mais profundos da escassez monetária: no caso do desemprego, por exemplo, afirma que ainda que este viesse acompanhado de um eficaz sistema de seguridade social que compensasse a perda de renda de desempregados, ele seria responsável por variados efeitos debilitantes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos, contribuindo para a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica, isso sem falar de vicissitudes extremas como uma verdadeira "exclusão social" de não-ocupados pelo restante de seus compatriotas ou por setores da comunidade em que estivessem antes. A diminuição da qualidade de vida, não obstante pudesse vir a ser ocultada por percepção suficiente de renda, passaria então despercebida em uma análise que pura e simplesmente se limitasse a olhar o desenvolvimento por critérios meramente quantitativos, já que, como ponderado no exemplo do desemprego, as pessoas não buscariam uma ocupação apenas para auferir ganhos monetários.

Uma abordagem que pusesse a expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam como ponto fulcral evitaria, na acepção do professor nascido em Dhaka, o equívoco de desconsiderar, na "medição" do grau de desenvolvimento de um Estado, fatores de substancial importância, como, por exemplo, o bem-estar das pessoas. Isso, em outras palavras, significa que Amartya Sen propugna por uma análise do desenvolvimento que tenha bem presente os funcionamentos (definidos em sua obra como as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter) e as capacidades (combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível ao indivíduo), não deixando de considerar outros fatores. Um estudo nesses termos solaparia o simplismo e as imperfeições dos exames perfectibilizados com o foco centrado tão-somente na renda.

A expansão da liberdade, nesse contexto, desempenharia dois papéis de inarredável alcance, sendo considerada (1) o *fim primordial* e (2) o *principal meio* do desenvolvimento. Em (2), ter-se-ia a expansão das liberdades em seu papel **instrumental** do desenvolvimento, no sentido de que diferentes tipos de direitos contribuiriam para a expansão da liberdade humana em geral e, destarte, para a promoção do desenvolvimento: os diferentes tipos de liberdade apresentariam inter-relação entre si, de sorte que um tipo de liberdade poderia contribuir sobremaneira para promover outras espécies de liberdades. Seria o caso, por exemplo, do direito ao voto, através do qual os governos sentir-se-iam pressionados

pelos governados a promover o bem-estar popular, evitando-se, por exemplo, fomes coletivas – como acentua enfaticamente Sen⁴

O papel constitutivo das liberdades, de outra banda, arrolado em (1), diria respeito à importância intrínseca da liberdade, não simplesmente como meio, mas no que tange às suas nuances teleológicas. De fato, sem embargo constantemente uma das questões que pululam nos debates entre economistas e políticos seja a indagação de se a liberdade de participação/dissensão política é “conducente ao desenvolvimento”, no aspecto do desenvolvimento como liberdade esta questão poderia ser considerada mal formulada, já que neste o fato de os indivíduos poderem concordar ou manifestar desacordo com os rumos tomados pelas políticas de seu país não seria simples *meio* deste país alcançar posição mais confortável; efetivamente, faria parte do *conteúdo material* do desenvolvimento. Ou seja,

mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo *privada* de algo que ela tem motivos para valorizar. O processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação dessa pessoa. (...). A relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a *outras* características do desenvolvimento (como o crescimento do PNB ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento (Sen, 2000, p. 53).

Por fim, Sen aduz que, além de se ver os indivíduos como entidades que sentem e têm bem-estar, devemos enxergá-los em sua plenitude, é dizer, em sua condição de agente. Isso torná-los-ia responsáveis por seus atos, e não mais apenas receptores passivos de incentivos governamentais. De fato, seriam as próprias pessoas que deveriam mudar o mundo em que vivem e que deveriam batalhar por seu próprio futuro. A responsabilidade, entretanto, dependeria do grau de liberdade desfrutado pela pessoa, porque

o trabalhador adscritício nascido na semi-servidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para

⁴ “(...) As fomes coletivas são extremamente fáceis de evitar se o governo tentar evitá-las, e um governo em uma democracia multipartidária com eleições e liberdade para os meios de comunicação tem fortes incentivos para empenhar-se na prevenção dessas catástrofes. Isso indicaria que a liberdade política na forma de disposições democráticas ajuda a salvaguardar a liberdade econômica (especialmente a liberdade de não passar fome extrema) e a liberdade de sobreviver (à morte pela fome)” (Sen, 2000, p. 69). Sen, nesse sentido, é claro defensor da democracia, como aparece também em outra passagem: “Não é difícil encontrar a relação causal entre existir democracia e não ocorrerem fomes coletivas. Elas matam milhões de pessoas em diferentes países do mundo, mas não matam os governantes. Reis e presidentes, burocratas e chefes, líderes e comandantes militares nunca são vítimas de fomes coletivas. E, se não há eleições, partidos de oposição, espaço para a crítica pública sem censura, os que exercem autoridade não têm de sofrer as consequências políticas de não prevenir as fomes coletivas. A democracia, por outro lado, faz com que os castigos da fome coletiva atinjam também os grupos governantes e líderes políticos” (Sen, 2000, p. 210)

levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de liberdades básicas. Responsabilidade *requer* liberdade (Sen, 2000, p. 322).

É aí que se faria imperiosa a intervenção governamental, no sentido de garantir condições básicas para que os indivíduos pudessem desempenhar suas potencialidades e exercer seu papel neste mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, as perquirições acerca do fenômeno do desenvolvimento e seus fatores determinantes – e até mesmo sobre o *quê* efetivamente significa ser desenvolvido – não são de somenos importância. As posições, como se pôde ter presente no decorrer dessas laudas, são variegadas e apontam para as mais diversas direções.

As análises que põem o foco do desenvolvimento sobre a cultura, a despeito de contarem com o notório aval de Max Weber, pecam por diminuir a importância de outros fatores na senda do desenvolvimento. Se a abordagem fosse incensurável, isso significaria que os indivíduos que, por exemplo, perfilhassem a ética protestante, fatalmente, em qualquer contexto, estariam fadados ao sucesso – o que necessariamente não é verdade (basta pensarmos em países como a África do Sul, que, não obstante colonizada por ingleses protestantes, não alcançou um patamar de desenvolvimento idôneo a endossar as teses de *Weber* e *Landes*; o exemplo se repete em relação a outros Estados africanos, centro-americanos e asiáticos de colonização britânica).

O modelo teórico proposto finca suas bases em terreno movediço: ao reduzir suas considerações olhando apenas para exemplos “de ponta” (como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, etc.), desconsidera os insucessos da ética que propugna ensejadora do desenvolvimento *per se*. E mais: desatenta para os êxitos de outros países que, não obstante serem formados principalmente por católicos, tenham parte de sua população compartilhando dos ideais taxados de “intrinsecamente protestantes” – como é o caso da França, da Itália, da Espanha e de Portugal, além do Canadá francófono e do próprio Japão.

Mesmo o exemplo do Japão não serve como paradigma puro da aplicabilidade da teoria do desenvolvimento pela cultura. O momento histórico no qual o Japão teve sua rápida industrialização seguida de um satisfatório desenvolvimento econômico era-lhe, de fato, propício, já que inexistia, então, claramente definida, uma nova potência mundial: a Inglaterra estava em franca decadência e os Estados Unidos ainda não tinham se assentado como novo direcionador dos destinos da humanidade. Foi desse vácuo que os nipônicos, por intermédio de *políticas governamentais* – como as mencionadas contratação de estrangeiros e remessa de cidadãos ao exterior para aprender as técnicas laboradas alhures, além de um sistema educacional imbuído de diretrizes voltadas à ética do trabalho –, se aproveitaram para financiar sua empreitada de equiparação aos países mais adiantados, sem que fossem impedidos por algum Estado hegemônico.

Em *Sachs* e *Fukuyama* o peso da cultura é avaliado sob uma perspectiva mais cuidadosa, menos temerária. O primeiro chega a duvidar de um papel efetivo da cultura para o avanço de um país na maioria dos casos, apresentando, todavia,

sincera crença de que o atraso de países norte-africanos e do Oriente Médio seja decorrente do fundamentalismo islâmico apoiado por muitos dos governos desses Estados. Já *Francis Fukuyama* alude que o capital social de uma sociedade pode auxiliá-la a implementar seus objetivos de política econômica e alavancar seu sucesso.

Desses dois posicionamentos, o segundo parece o mais correto – muito embora não estreme de censura. Mesmo o atraso das áreas citadas por *Sachs* não deve ser entendido como uma decorrência natural da cultura islâmica. Um prospecto da região indica, de forma lídima, serem tais Estados, em sua maioria (se não totalidade), governados por ditadores fartamente abastados, ao passo que o povo vive em meio às agruras da miséria. Isso não é algo que provém radicalmente dos preceitos culturais islâmicos. Todas as pessoas desejam viver bem, independentemente da religião que professam. Os mártires são poucos, e é por isso mesmo que são tão festejados. Na verdade, o atraso daquela região há de ser vislumbrado muito mais tanto como uma conjunção de fatores histórico-geográficos desfavoráveis quanto como uma conseqüência das práticas ditatoriais empregadas pelos líderes de governo, que, no interesse de perpetuar seus privilégios, muitas vezes mantêm intocados antigos modos de vida já obsoletos (a até mesmo contrários à própria religião e aos costumes nacionais), desfalcando sistematicamente a população e condenando-a à penúria e à falta de qualidade de vida. Ou seja, enquanto quem dita os rumos das políticas nacionais de Estados ditatoriais não possuir interesse na mudança e nela investir vultosamente, esta provavelmente não ocorrerá.

A questão do capital social é igualmente interessante. Realmente as relações sociais estabelecidas dentro de determinada sociedade são capazes de contribuir para um maior desenvolvimento desta sociedade, principalmente se tornarem mais fortes os laços de confiança e cooperação entre os cidadãos. Entrementes, consoante já expandido, o capital social, como derivante cultural, não consegue promover, sozinho, o desenvolvimento, dependendo de vários outros fatores.

A segunda aproximação ventilada neste ensaio diz respeito à questão da inovação e de seus ciclos, dando especial ênfase à idéia da destruição criativa. Tal constatação tem, evidentemente, seus méritos. Há, portanto, que se concordar com *Schumpeter* e *Arrighi* (caso mantivermos o foco do desenvolvimento na tríade inovação-industrialização-renda) quando tais autores colocam o desenvolvimento como uma conseqüência de um Estado estar mais ou menos preparado para o sucateamento potencial das tecnologias de que dispõe e para adaptações e novos acordos costumeiros, ou, ainda, deste ser potencialmente o promotor de tal impulso.

Apesar disso, um eventual desenvolvimento da periferia ou da semiperiferia pode não se tratar, necessariamente, de uma ilusão. Um lançar d'olhos na História demonstra uma constante gangorra, em que Estados ora estão no topo, ora em posições inferiores. Basta recordarmos que o predomínio americano é recente, que a melhora da qualidade de vida no continente europeu só deu grandes saltos depois da II Guerra Mundial, que Portugal (hoje uma potência menor dentro do panorama da Europa e do globo) já foi o maior império do mundo (no qual "o sol

nunca se punha”, consoante se dizia à época), que o Paraguai já preocupou Brasil, Argentina, Uruguai e até mesmo a Inglaterra, e que Japão, Itália e Alemanha permaneceram em estado feudal até a segunda metade do século XIX. Isso significa que o planeta está em constante mutação e que os paradigmas vêm e voltam, ou simplesmente desaparecem, sendo substituídos por outros.

A análise de *Arrighi*, no que concerne à “ilusão do desenvolvimento”, tenta estabelecer um padrão em algo que é imprevisível: o futuro. Mesmo que o fato de que as inovações – como pontuou *Sachs* – tragam resultados exponencialmente, nada indica que o estado das coisas seguirá seu curso “normalmente” (isto é, da maneira que vem ocorrendo na atualidade). Quem garante que o futuro não será sacudido por novas descobertas ou novas tendências, surgidas, por exemplo, no continente africano ou asiático? A recente ascensão da China e os iterativos e gigantescos *déficits* da economia estadunidense, de fato, demonstram que o porvir poderá ser ditado de maneira diferente, e até por outros atores. Não se pode ter certeza, de antemão, de que o próximo ciclo de destruição criativa não provirá do extremo oriente, tendo à sua frente a China ou qualquer outro Estado. De qualquer forma, são especulações sobre as quais sequer se sabe se teremos uma resposta a longo prazo ou *tout court*.

Os méritos da identificação da pobreza como privação de capacidades de Sen estão claramente expostos por ele mesmo, sendo de extrema pertinência aqui parafraseá-lo: (1) sua abordagem centra-se em privações que são insitamente importantes (como, por exemplo, a de passar fome) – contrastando com a renda insuficiente, que apenas é importante instrumentalmente (no sentido de que, por exemplo, ninguém se alimenta de dinheiro – ao menos em seu juízo perfeito); (2) a renda não é o único instrumento de geração de capacidades (como acentuado no bordão popular de que “dinheiro não traz [necessariamente] felicidade”); e (3) o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional (se, por exemplo, a renda familiar é distribuída desuniformemente dentro do seio da família, privilegiando certos indivíduos em preterição a outros – *v.g.*, beneficiando os meninos em detrimento das meninas, como ocorre em certas sociedades orientais – tem-se que o grau de privação dos negligenciados poderá ser ocultado pelo volume monetário auferido pela unidade familiar) (SEN, 2000, p. 109 – 110)⁵

Da obra de Sen verifica-se que ele é um árduo defensor dos princípios democráticos, pugnando por uma precedência geral dos direitos civis e políticos básicos. Para ele, desenvolver e fortalecer um sistema democrático é *conditio sine*

⁵ Sen traz, à guisa de exemplo, outras hipóteses de condicionalidade e contingência da renda. Cita o caso da pessoa idosa, mais incapacitada ou mais gravemente enferma que pode necessitar de uma renda maior para tratar de seus problemas. Ainda, não se pode deixar de atentar para o fato de que ser relativamente pobre em um país mais rico pode significar grandes desvantagens na concretização de anseios, ainda que a renda absoluta seja elevada no tocante aos padrões mundiais – tem-se, por conseguinte, clara discrepância entre a renda nominal recebida e a efetiva possibilidade de realização que esta porta em si, é dizer, “a privação *relativa de rendas* pode resultar em privação *absoluta de capacidades*”. Em países generalizadamente opulentos será fatalmente necessário mais renda para obter as mesmas coisas obteníveis em Estados menos ricos por muito menos dinheiro.

qua non do processo de desenvolvimento⁶, em razão de sua importância intrínseca, seu papel instrumental e constitutivo do desenvolvimento. Em função disso, pode parecer, a uma primeira vista, que *Sen* sufraga inteiramente as posições manifestas pelo ocidente (e combatidas por países orientais – principalmente a China) na área internacional, em que há clara prevalência dos direitos civis e políticos, muitas vezes em detrimento dos direitos econômicos, sociais e culturais⁷. Não é o que, verdadeiramente, sucede. O autor adota postura que busca conciliar as duas espécies de direitos, tentando garantir a realização do maior número possível de liberdades das pessoas⁸.

Em suma, a cultura não é um elemento que, sozinho, pode gerar desenvolvimento, ainda que possa ter papel complementar em tal escopo. Alcançar determinado *status* mundial demanda a conjunção de uma série de fatores, mas se pode dar um peso realmente grande às decisões políticas, a condições geográficas e históricas. A prosperidade pode advir de um papel mais ativo do Estado, conquanto este fomente a educação e trate de espalhar as técnicas conhecidas fora ou de fomentar a inovação tecnológica no seu território (como fez o Japão pós-Tokugawa); mas não só: a prosperidade não depende, como mostrou *Sen*, de elevada renda. O bem-viver pode ser alcançado de outros jeitos, especialmente na garantia de um elenco mínimo de direitos às pessoas.

Se nesta vida o que realmente importa é viver bem (sendo a renda, portanto, mero instrumento para a consecução deste objetivo básico), o que não quer dizer opulência, o desenvolvimento deve ser visto sob uma nova lente, que leve em consideração, não quanto ganhamos, mas sim de que direitos estamos em condições de desfrutar. Encarado por essa perspectiva, o desenvolvimento não é uma ilusão, pois não é necessário fazer parte do grupo cimeiro da economia mundial

⁶ Consoante SEN, 2000, capítulo 6.

⁷ Sobre a discussão entre ocidente e oriente na agenda internacional, sobretudo no campo dos direitos humanos, cf. SEN, 2000, capítulo 10; DUNNE e WHEELER, Nicholas (org.). *Human rights in global politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Sobre o embate entre civilizações, cf. HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Touchstone, 1997.

⁸ A própria adoção do termo “liberdade” na obra de Sen pode causar tal confusão, uma vez que este geralmente aparece como sinônimo de direitos cuja realização requer apenas atividades negativas do Estado – como, por exemplo, a liberdade de ir e vir, a de não ser encarcerado sem um devido processo legal, etc. Na obra de *Sen*, “liberdade” tem acepção mais ampla, englobando, inclusive, direitos a prestações positivas estatais, como, por exemplo, a liberdade de não passar fome, de ter um emprego, de ter à disposição um sistema de saúde adequado. Em todas essas hipóteses o Estado é investido de substancial papel, como o de evitar que as pessoas passem fome, o de promover políticas de geração de empregos e o de auspiciar sistema de saúde compatível às necessidades da população. O autor coloca tanto os direitos que demandam uma omissão do Estado como aqueles que são realizáveis apenas mediante atuações positivas estatais no mesmo patamar, denominando-os igualmente de “liberdades”.

Esses direitos, aliás, são amplamente protegidos normativamente por diversos instrumentos internacionais de tutela (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e por múltiplos órgãos internacionais (notadamente o Conselho Econômico e Social e o Comitê de Direitos Humanos, ambos da ONU)

para viver bem, bastando, para tanto, ter acesso às coisas que possibilitam a nossa realização plena como seres humanos. As diferenças – muitas vezes gritantes – entre Estados podem se perpetuar, ainda que não saibamos o que *Cronos* nos reserva. Não é isso, no entanto, o que deve importar; não é o que os outros possuem que há de ser relevante, mas sim o que nós possuímos. O desenvolvimento deve ser concebido em termos absolutos, e não relativos, o que não impede que sempre queiramos progredir, espelhando, em nosso local de origem, as conquistas obtidas em outros lugares.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/site_2001/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm#_Toc532583144>. Acesso em: 15 out. 2003.

FUKUYAMA, Francis. Capital social. In.: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 155-171.

LANDES, David. Quase toda a diferença está na cultura. In.: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 39-52.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

SACHS, Jeffrey. Notas para uma sociologia do desenvolvimento econômico. In.: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 71-88.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

